

# OLIMPÍADA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: CONTRIBUIÇÕES À QUALIDADE EDUCATIVA<sup>1</sup>

*Edite Maria Sudbrack*<sup>2</sup>  
*Eliane Maria Cocco*<sup>3</sup>

## RESUMO

A proposta deste artigo é relatar a possibilidade de situar a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas enquanto uma avaliação em larga escala. O levantamento de dados, de 2005 a 2011, poderá ser utilizado como suporte para leituras e como possibilidade de continuidade de estudos sobre o tema. Pode-se, dessa forma, propor alternativas para uma melhor qualificação da educação brasileira. A educação vem sendo regulada através das avaliações externas e sendo alvo de várias reformas e mudanças. Nesse sentido as pesquisas e as discussões nessa área poderão colaborar para que aconteça a participação de todos, na elaboração das políticas públicas e a promoção da autonomia tão desejada.

**Palavras chave:** Olimpíada. Políticas públicas. Avaliação em larga escala. Qualidade.

**Área:** Educação

---

<sup>1</sup>Artigo produzido no âmbito do Projeto "Indicadores de Qualidade e Gestão Democrática – Núcleo em Rede", vinculado ao Observatório de Educação CAPES/INEP – Projeto OE 146/2011 coordenado pela Professora Dra. Flávia O. C. Werle.

<sup>2</sup>Doutora em Educação, chefe do Departamento de Ciências Humanas e coordenadora do mestrado em Educação na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Câmpus de F.W. sudbrack@uri.edu.br

<sup>3</sup>Mestranda em Educação pela Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, professora de matemática da Escola Estadual de Educação Básica Sepé Tiaraju e bolsista do projeto: Indicadores de Qualidade e Gestão Democrática, Núcleo em rede, Observatório de Educação, INEP/CAPES. elianecocco31@gmail.com

## **INICIANDO O TEMA**

A Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) surgiu em 2005 com o principal objetivo de estimular o estudo da matemática e revelar talentos na área. São milhões de alunos do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas que participam anualmente. Fazer parte desse processo em todas as edições, com alunos do Ensino Fundamental, suscitou algumas inquietações no sentido de investigar se a referida Olimpíada pode ser considerada uma política de avaliação em larga escala.

Neste sentido, a proposta deste artigo<sup>4</sup> é relatar o mapeamento das dissertações e teses sobre a OBMEP, que foram publicadas de 2005 a 2011. O levantamento de dados foi efetuado nos sítios da CAPES, LUME e IBICIT, os quais possibilitaram um mapeamento da região do país com maior número de estudo, os estados que mais fazem pesquisa, a quantidade de trabalhos por ano, a dependência administrativa das universidades e os focos de interesse das investigações. Buscou-se compreender e identificar como a questão das políticas públicas educacionais vem sendo analisada pelos órgãos colegiados.

Este artigo está organizado em três partes: primeiramente serão apresentados os sítios para a coleta de dados, os procedimentos para coleta de dados e a escolha das palavras-chave utilizadas; num segundo momento será feita a análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos; no terceiro momento serão analisados os conteúdos de algumas pesquisas que poderão ser utilizados como referências para leituras e que darão suporte para a continuidade de estudos sobre o tema podendo, dessa forma, propor alternativas para uma melhor qualificação da educação brasileira.

### **1. A COLETA DE DADOS**

O primeiro passo foi escolher as bases de dados para consulta. Foram selecionados três sítios que possuem um grande número de publicações <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/> (CAPES), <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1> (LUME) e <http://bdt.d.ibicit.br>, (IBICIT), os quais possibilitaram um mapeamento da região do país com maior número de estudo, os Estados que mais fazem pesquisa, a quantidade de trabalhos por ano, a dependência administrativa das universidades e os focos de interesse das investigações. Em resumo, o levantamento buscou compreender e identificar como a questão das políticas públicas educacionais vem sendo analisada pelos órgãos colegiados.

---

<sup>4</sup>Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no VII Simpósio Nacional de Educação e do I Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores em Frederico Westphalen em 16 de junho de 2012.

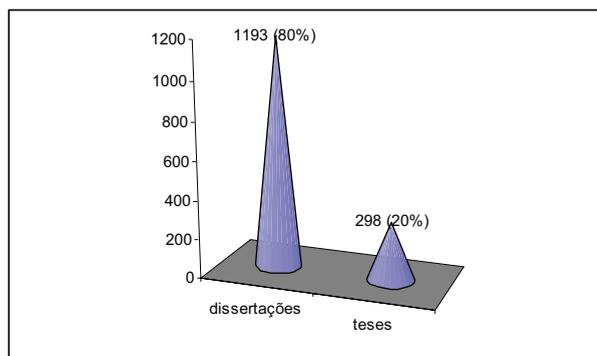
A segunda tarefa foi escolher as palavras-chave dentro da temática proposta. A primeira palavra consultada foi OBMEP, a partir da qual foi encontrado somente um registro. A próxima foi Olimpíada de Matemática, havendo apenas um resultado. Apesar da carência de obras que abordem o tema Olimpíada de Matemática, outras dissertações podem trazer considerações que contribuam para a proposta, uma vez que este tema está diretamente relacionado com avaliação e políticas públicas, tornando, assim, a pesquisa extremamente conveniente. Com esse fim, foram incluídas as seguintes palavras-chave: avaliação matemática, avaliação externa, matemática e avaliação, políticas educacionais de avaliação, ensino de matemática, avaliação em larga escala, política educacional e outras combinações com as anteriores. As palavras-chave com maior incidência foram: política educacional (54,45%), ensino de matemática (30,57%), avaliação externa (7,98%), matemática e avaliação (2,61%) e avaliação em larga escala (2,07%). Em todas as buscas foram utilizados como filtro o país da publicação (Brasil), o idioma (português) e o intervalo de tempo (2005-2011). As publicações poderiam ser ligadas a qualquer área de estudo. No total foram encontradas 1491 dissertações e teses.

Como a quantidade de investigações superou as expectativas e algumas encontravam-se em mais de um sítio, organizaram-se tabelas divididas em colunas destacando o nome do autor, o ano da publicação, o sítio em que se encontrava, a instituição da defesa (particular, federal, estadual ou municipal), o estado e a categoria em que a pesquisa estava inserida. Dessa forma foi possível fazer uma análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos.

## 2. ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA

O levantamento realizado no conjunto das 1491 dissertações e teses encontradas, como aponta o Gráfico 1, indica claramente a predominância das dissertações de mestrado com 1193 produções, ou seja, 80% do total, seguidas das teses, com 298, ou 20%. A diferença pode ser atribuída à grande oferta e incentivos, nos últimos anos de cursos de mestrado a nível nacional, especialmente na área de educação. Como se sabe, essa modalidade constitui a etapa inicial de formação de pesquisadores que, como tal, pode legitimamente apresentar níveis de menor complexidade no desenvolvimento das pesquisas, as quais, em geral, têm como marca a eleição de estudos de caso no enfoque de seus objetos, o que constitui uma das causas da ampla fragmentação temática conceitual detectada.

Gráfico 1 – Distribuição de trabalhos por modalidade, no período de 2005 a 2011



Fonte: Elaboração da autora com dados da pesquisa (2012)

Em termos regionais, a Tabela 1 mostra a distribuição das 1491 referências por regiões do país. Os percentuais são aproximados, por isso na produção de doutorado da região Norte aparece 0% pois a única produção encontrada não chega a 0,5%. Nesse conjunto de dados, alguns aspectos merecem ser destacados: o desenvolvimento científico concentra-se mais na região Sudeste do país, com 678 produções (45%), tal fato parece justificar-se porque nesta região localizam-se algumas das principais universidades brasileiras, estão as cidades mais populosas, é a região com maior desenvolvimento industrial exigindo qualificação e onde se encontram os programas de graduação mais antigos. Ressalta-se, entretanto, que o Norte, mesmo sendo a região mais extensa do país, possui o menor número de teses e dissertações, com apenas 53 obras (4%). Esse fato seria justificado pelo menor número de programas de pós-graduação, pelas grandes distâncias entre os grandes centros e por possuir apenas 8% do total da população do país. Para Ramalho (2005, p. 75), “o notório desequilíbrio da pós-graduação entre as regiões é apenas um aspecto do desequilíbrio total de um país desigual e injusto, por força do modelo de desenvolvimento econômico e social historicamente implantado”.

Tabela 1 - produções científicas por região (2005-2011)

<b>Região</b>	<b>Mestrado</b>	<b>%</b>	<b>Doutorado</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Sul</b>	354	30	65	22	419	28
<b>Sudeste</b>	516	43	162	54	678	45
<b>Nordeste</b>	139	12	53	18	192	13
<b>Centro-Oeste</b>	132	11	17	6	149	10
<b>Norte</b>	52	4	01	0	53	4
<b>Total</b>	1193	100	298	100	1491	100

Fonte: Elaboração da autora com dados da pesquisa (2012)

Analisando as produções por Estado verifica-se que o de São Paulo detém a maior quantidade de trabalhos, com um percentual equivalente a 32% do total; em seguida aparece o Rio Grande do Sul, com 14,4%, e em terceiro o Paraná, com 10,1% o Estado com a menor quantidade de produções foi Rondônia, apenas uma dissertação, ou seja, 0,1% do total. Um dos fatores que poderia ser considerado é que "somente o Estado de São Paulo concentra cerca de 41,2 milhões de habitantes, sendo superior ao contingente populacional das regiões Centro-Oeste e Norte juntas" (FREITAS, 2012).

O estudo apresenta uma produção regular e crescente, com destaque para o ano de 2010, o mais produtivo com 304 referências, perfazendo um percentual de aproximadamente 20%. Os anos com menor destaque foram 2005 e 2007, os quais somaram 219 dissertações e teses cada ano. No caso das dissertações, o ano de menor incidência foi 2005, com 171 trabalhos, e a maior ocorreu em 2009, abrangendo 237 produções. Em relação à incidência da produção de teses por ano, conforme a mesma tabela, verifica-se que no ano de 2010 foram publicados 72 trabalhos, um aumento significativo em relação aos demais anos. O ano com menor ocorrência de teses foi 2007, com 37 documentos. O crescimento dos trabalhos pode ser entendido sob alguns aspectos: educacionais, econômicos e culturais. Em função da complexidade que a sociedade vem assumindo, dos recursos tecnológicos tomarem uma dimensão maior e sofrerem um barateamento, bem como o uso da internet, a criação de grupos de estudo e de vários cursos de mestrado e doutorado.

Quanto ao aspecto relativo à dependência administrativa das universidades, no Brasil, as universidades podem ser "públicas (federais, estaduais e municipais); privadas (comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares). Tal definição está seguramente relacionada com as formas de financiamento com que cada um dos modelos procura sobreviver no cenário da educação superior" (STALLIVIERI, 2012, p. 6). É possível verificar que 69% das produções de mestrado e doutorado no período foram produzidas no âmbito das instituições públicas de ensino e 31% por instituições particulares.

As categorias empregadas na classificação das teses e dissertações foram onze: 1ª) Avaliação da aprendizagem (44 dissertações e 8 teses); 2ª) Avaliação externa (64 dissertações e 23 teses); 3ª) Aprendizagem (142 dissertações e 17 teses); 4ª) Práticas pedagógicas (90 dissertações e 8 teses); 5ª) Currículo (92 dissertações e 19 teses); 6ª) Formação de professores (184 dissertações e 27 teses); 7ª) Educação inclusiva (54 dissertações e 16 teses); 8ª) Gestão (55 dissertações e 8 teses); 9ª) políticas educacionais (232 dissertações e 108 teses); 10ª) EJA<sup>5</sup> (38 dissertações e 3 teses); 11ª) Outros (198 dissertações e 61 teses).

Das categorias analisadas as duas que trazem assuntos que trazem subsídios de apoio para o projeto em andamento são: A) Políticas educacionais, pois analisam programas e projetos de governo e discutem as reformas ocorridas no Brasil nos mais diferenciados períodos; a percepção dos professores na implementação das políticas; os discursos de especialistas sobre as políticas educacionais; os programas de intervenção pedagógica; o FUNDEF<sup>6</sup>; a intervenção do Banco Mundial; o PDE<sup>7</sup>; analisam os processos de descentralização, municipalização e reformas de ensino; reflexos da política macroeconômica nas reformas da educação; a elaboração do PPP<sup>8</sup>; influência das reformas nas práticas dos docentes, as reformas educacionais na educação infantil, no ensino médio e superior; as políticas de financiamento; as políticas dos conselhos municipais de educação; a organização, implementação do Ensino Fundamental em ciclos de aprendizagem; investigações sobre algumas políticas educacionais municipais como os Conselhos de Educação. B) Avaliação externa, pois estão voltados para a análise da repercussão do ENADE<sup>9</sup> na formação de professores, estudos sobre o PLANFOR<sup>10</sup> dos dados do SAEB<sup>11</sup>, das influências das avaliações externas na educação superior. Várias tratam especificamente da avaliação das universidades SINAES<sup>12</sup>, trajetória, objetivos e os esforços para assegurar a qualidade. Algumas discutem os exames nacionais de cursos superiores em casos específicos de cursos e de estado, análise da Prova Brasil e seus efeitos, a implicação da avaliação externa na formação dos professores e as políticas de educação superior: regulação ou emancipação.

### 3. DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO DE ALGUNS TRABALHOS

Como a maioria das dissertações e teses encontram-se no repositório da CAPES e nesta somente tem-se acesso ao tema, universidade, palavras-chave, área do conhecimento, banca, linha de pesquisa, área e resumo, fica impossível uma análise profunda dos conteúdos dos trabalhos. Em posse dos resumos, buscar-se-á relatar pelo menos os objetivos e propostas das pesquisas que têm algum aporte teórico para a continuidade de estudos sobre o tema proposto.

---

<sup>5</sup>Educação de Jovens e Adultos

<sup>6</sup>Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

<sup>7</sup>Plano de Desenvolvimento da Escola

<sup>8</sup>Projeto Político Pedagógico

<sup>9</sup>Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

<sup>10</sup>Plano Nacional de Qualificação Profissional

<sup>11</sup>Sistema de avaliação da Educação Básica

<sup>12</sup>Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Sobre a Olimpíada de Matemática, a dissertação de Maciel (2008) teve como objetivo organizar e desenvolver um conjunto de atividades extracurriculares, com questões da OBMEP, com um grupo de alunos de uma escola pública federal de Educação Básica interessados em aprofundar seus conhecimentos em Matemática. A consolidação dessas atividades, a partir da criação de um espaço institucional denominado Grupo de Estudos Professor Malba Tahan (GEMaTh), possibilitou que esse grupo de alunos pudesse ser reconhecido pela comunidade escolar. Essa dissertação traz um pouco da origem das olimpíadas de matemática e também como se procede a OBMEP.

No que se refere à avaliação em larga escala, Gonçalves (2005) traz a evolução do campo conceitual da avaliação e faz uma análise da avaliação educacional em larga escala na educação básica na década de 90, além de evidenciar a gênese do SAEB. Freitas, D. (2005) abordou o tema da avaliação procurando responder a pergunta: como a avaliação em larga escala emergiu, firmou-se e operou enquanto ação educativa estatal, na regulação da educação básica brasileira? E sua conclusão foi que a avaliação reguladora está vinculada a projetos hegemônicos de sociedade e que as pretensões de aprimorar o Estado-avaliador, no Brasil, não renunciam a avaliação dos princípios educativos. Horta Neto (2006) discorre sobre a utilização da avaliação externa, no início dos anos 1980, em especial o SAEB, como um instrumento para a melhoria da qualidade educacional. Para dar conta dessa tarefa, são consultados diversos autores, destacando-se entre eles Vianna, Ristoff, Dias Sobrinho, Ravela, Bonamino, Pilatti e Pestana.

Outro autor, Zironi (2007) pesquisa sobre Exame Nacional do Ensino Médio e tem como objetivo traçar um panorama das questões políticas e administrativas que interferem na prática pedagógica para a concepção do ensino aprendizagem. Camargo (2007) investigou dados referentes ao SAEB, SARESP<sup>13</sup> e ENEM<sup>14</sup>, nacionais, paulistas e das escolas estaduais do município de Caieiras (SP), além de coletar informações sobre infra-estrutura e recursos humanos das escolas em estudo, tendo em vista levantar os indicadores que apontam para o cumprimento, ou não, da função social do Ensino Médio e afirma que a análise das avaliações externas podem auxiliar na elaboração de Políticas Públicas Educacionais, mas para isso é preciso reconhecer as suas limitações e oferecer condições às escolas para que superem as suas dificuldades.

---

<sup>13</sup>Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

<sup>14</sup>Exame Nacional do Ensino Médio

Ainda, Zanardi (2008) analisa fontes documentais oficiais do governo brasileiro e de organismos internacionais para a compreensão da reforma do Estado e da educação básica brasileira nos anos de 1990. Traz uma discussão da reforma da educação básica, a centralidade da avaliação em larga escala, articulada à promoção do Estado Avaliador. Algumas das referências usadas: Afonso, Dias Sobrinho, Noronha, Lima, Luckesi, Nagel, Oliveira, Sousa, Saul e Vianna. Finhana (2009) discute as políticas públicas na educação básica pós 1990, especialmente em relação à educação matemática, com base em documentos oficiais, Piaget, Vigotsky e Jerome Bruner. Souza (2009) faz um resgate histórico da avaliação externa no contexto do Brasil nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula e do mundo, abordando as lógicas presentes na avaliação externa no contexto escolar.

Também, Fonseca (2010) analisa os relatórios publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) entre 1998 e 2007 sobre o ENEM e estudos sobre a política educacional na década de 1990. Santos (2010) busca verificar as influências que a avaliação externa tem produzido nas salas de aula e conclui dizendo que é preciso pesquisar, compreender, analisar a avaliação externa para que o trabalho do professor seja bem direcionado e que o professor não seja pressionado por estar diretamente ligado ao aluno que é avaliado. Escobar (2010) investiga como o Censo Escolar e o SAEB são apropriados pela escola, tendo como base analítica os conceitos de gestão educacional e avaliação educacional. Jacobsen (2010) descreve as políticas públicas de avaliação, a Prova Brasil e seu contexto histórico de desenvolvimento e afirma que para melhorar o desempenho das unidades escolares é necessário um trabalho pedagógico intencional e uma sistematização dos conteúdos. Silva (2010) apresenta características das avaliações do SAEB e de alguns estados brasileiros ao longo do tempo. Garcia (2010) investiga como se constitui a avaliação externa e como a escola organiza seu trabalho pedagógico tendo em vista as políticas de avaliação externa e a necessária qualidade de ensino.

Por fim, Vergani (2010) verifica as implicações da avaliação externa de rendimento escolar na gestão pedagógica em nível de escola, tendo como base teórica Luckesi, Hoffmann, Vasconcellos, PCNs<sup>15</sup> e Perrenoud. Nallo (2010) busca conhecer as questões relativas à elaboração das políticas de avaliação educacional. A intervenção de organismos internacionais, seus pressupostos e conceitos. Reflete sobre as intenções do PISA<sup>16</sup>, SAEB, ENEM, SARESP, IDESP<sup>17</sup>, os quais preconizam a melhoria da qualidade da educação ou apenas a regulação do Estado e a mercadorização da educação. Costa (2010) analisa o SAEB a partir da década de 1990 no Brasil e na Argentina. Möllmann (2010) procura compreender como a avaliação em larga escala e gestão da educação básica relacionam-se e como são significadas por escolas privadas do RS.

No entorno das políticas públicas, os autores a seguir

podem trazer algum subsídio para a pesquisa: Nez (2005) analisa o Programa Bolsa Escola em seus processos de formação, implementação e avaliação, bem como seus componentes ideológicos. O autor tenta compreender o programa como uma política educacional e se é um processo de inclusão e permanência do aluno na escola. Um dos objetivos de Oliveira (2005) é descrever o contexto no qual emergem as políticas educacionais dos anos de 1990. Camini (2005) aprofundou o debate sobre o papel que o Estado deve assumir para desenvolver políticas com caráter de direito social nesse contexto marcado pela crise do capital e pelas suas estratégias de superação. Mesquita (2005) traz em seu trabalho uma análise da política de financiamento para a Educação Básica e a inserção da Educação Infantil usando alguns teóricos como Brzezinski, Philippe, Piaget, Marx, Vygotsky, Perry Anderson. Araujo (2005) descreve e analisa as políticas de descentralização da oferta e financiamento da educação obrigatória realizada no Chile e no Brasil durante os anos de 1980 e 1990.

Dalagasperina (2006) busca compreender, a partir do processo de reforma do Estado, as determinações neoliberais às políticas sociais e sua materialização na política educacional. Saraiva (2006) analisa a importância das políticas públicas e a participação crítica, ou não, dos indivíduos na educação. Para isso usa as teorias de Ferreti, Fogaça, Freire, Gadotti, Marx, Bezerra, entre outros. Sodré (2006) estuda a implantação e consolidação do PDE no Estado do Mato Grosso do Sul. Seus fundamentos teóricos discutem o capitalismo, o sistema educacional, a participação do Banco Mundial na educação e as teorias administrativas que influenciam a gestão educacional. Rodrigues (2006), na sua abordagem, traz a constituição de reforma, o papel dos organismos financeiros na definição das metas, objetivos e metodologia presentes nas reformas públicas implementadas para a Educação Básica. Machado (2007) pesquisa sobre a proposta do Fundeb e faz uma análise das interlocuções ocorridas na formulação da proposta de criação do mesmo programa.

---

<sup>15</sup>Parâmetros Curriculares Nacionais

<sup>16</sup>Programa Internacional de Avaliação de Alunos

<sup>17</sup>Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo

O trabalho de Sousa (2008) tem por objetivo um estudo da relação entre as políticas educacionais brasileiras, no contexto das reformas da década de 1990, e a hegemonia política do pensamento neoliberal no Brasil, no âmbito das Diretrizes Curriculares nacionais para o Ensino Médio. O autor faz uma análise geral das reformas educacionais da década de 1990, a influência dos organismos financeiros e a absorção do Estado dessas influências. Quadros (2008) enfoca as políticas educacionais expressas no PDE, especificamente as relacionadas ao ensino fundamental. Pinheiro (2010) analisa as interferências do Banco Mundial na educação brasileira a partir de seis teses. Bulhão (2010) analisa a política de financiamento da Educação Básica no Brasil, especialmente no Estado do Maranhão. Analisa a reforma do Estado brasileiro no contexto da crise estrutural e do capital; a vinculação das políticas educacionais e os fundamentos de gestão dos recursos; as fontes de financiamento da educação básica do Brasil, especialmente o Fundef.

## **DESTAQUES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através da pesquisa e análise das dissertações e teses, percebeu-se que a OBMEP tem-se apresentado como um indicador de qualidade educativa na área de Matemática podendo vir a ser analisada ou questionada na área das políticas públicas. Dessa forma, a análise da OBMEP como uma possibilidade de avaliação em larga escala parece ser extremamente conveniente e pertinente.

Hoje, a OBMEP é considerada a maior competição matemática do mundo. Além do grande número de alunos participantes, há o envolvimento de muitas pessoas como coordenadores de escola, coordenadores regionais, as universidades e instituições de pesquisa e as administrações públicas. O MEC<sup>18</sup> e MCTI<sup>19</sup> são os responsáveis pelo pagamento de todos os gastos e quem realiza é o IMPA<sup>20</sup> e a SBM<sup>21</sup>.

A OBMEP é uma ação política pública que nasce em um momento de grandes transformações educacionais, principalmente no que se refere à avaliação em larga escala e da criação do IDEB<sup>22</sup>. De acordo com Werle (2011), o projeto de avaliação em larga escala iniciado no final da década de 1980, é reforçado em 2005

---

<sup>18</sup>Ministério de Educação e Cultura

<sup>19</sup> Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

<sup>20</sup>Instituto de Matemática Pura e Aplicada

<sup>21</sup>Sociedade Brasileira de Matemática

<sup>22</sup>Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

por receber importante legitimação a partir de ações pragmáticas vinculadas ao ranqueamento de instituições, escolas, redes municipais e estaduais, à liberação de recursos, à valorização da 'transparência' para a sociedade e à necessidade de qualificação da educação. Reforçado pela criação de novos índices e sistemas de seleção que valorizam os resultados de outras avaliações, que instituem novos parâmetros de comparações entre as instituições do sistema educacional. Pode-se levantar a hipótese de que as políticas de avaliação não estejam presentes no cenário educacional brasileiro simplesmente para produzir comparações e emulação, mas para responder a estratégias gerencialistas de modernização e racionalização voltadas para resultados (WERLE, 2011, p. 790).

*As avaliações externas, que foram surgindo, fazem parte de algumas reformas educacionais de iniciativa governamental, com o objetivo de monitorar a Educação Básica e Superior, obtendo informações sobre o nível de conhecimento dos educandos e as condições da instituição, o que interferiu na aferição dos resultados e induziu as instituições para a qualificação pretendida pelo Estado avaliador.*

O Governo, a partir da década de 1990, passou a priorizar o processo avaliativo com a implementação do Censo Escolar, SAEB, o ENEM, a Prova Brasil e o SINAES<sup>23</sup>. O MEC, por sua vez, passou a ser o principal agente das reformas por conduzir de forma intensa às políticas educacionais. Dentre algumas medidas direcionadas pelo MEC estão as: "Diretrizes Curriculares, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a avaliação externa" (SUDBRACK, 2009, p. 60). Com este estudo se estará contribuindo para ampliar o conhecimento científico já existente no sentido de evidenciar as políticas públicas educacionais, mostrando que a educação sempre foi alvo de reformas na promoção do capital e do avivamento econômico. Nessa perspectiva, a educação foi cenário de reformas através de programas que promovessem "a eficiência, a economia e a efetividade" (POPKEWITZ, 1997, p.11), adequando o Estado à globalização e aos preceitos neoliberais superando, assim, a crise do Estado, a crise econômica e consequentemente a crise social (LIMA, 2009).

Esse projeto servirá de aporte para que licenciados e professores tenham um melhor entendimento de como as políticas públicas são criadas e para que finalidades, quais as avaliações em larga escala e seus objetivos e se a OBMEP pode ser considerada uma avaliação em larga escala.

---

<sup>23</sup>Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Há que refletir sobre a implantação de um sistema educativo competitivo, pois este pode aumentar as desigualdades sociais, causando a exclusão e seleção dos alunos. Assim, o professor reduz a sua autonomia e acaba traçando seus objetivos pelas normas impostas, a fim de atingir as metas quantitativas estabelecidas pelo sistema cujas palavras de ordem parecem ser predominantemente: controle e eficácia.

A avaliação desempenha um importante papel nas relações pedagógicas e pode ser um instrumento de controle, de regulação ou de emancipação, dependendo da forma como será planejada, aplicada e como os resultados obtidos serão analisados e transformados em ações que possibilitem a tomada de decisões, aquisição de conhecimentos e o exercício da democracia.

É de fundamental importância ampliar os espaços de estudo e discussão e tornar conhecidas as políticas públicas educacionais para que se possa construir um sistema democrático em que toda a comunidade escolar seja capaz de refletir e participar das decisões, buscando novas soluções para a conquista da autonomia. No caso da Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas é importante reconhecer o papel que ela assume no contexto da escola enquanto instituição promotora da transformação social, se ela realmente vem se constituindo como uma avaliação em larga escala e quais as suas interferências na qualidade educativa.

Os resultados apresentados não esgotam as possibilidades de análise a partir dos dados coletados, mas através deles percebem-se as tendências da produção na área de políticas públicas, no período analisado. Também, que a educação vem sendo regulada através de

avaliações externas e alvo de várias reformas e mudanças. Há que se refletir se tais eventos contribuirão para qualificar a educação pública, se auxiliarão no fomento de interesse, debate e pesquisa em torno das questões ligadas à educação, como a avaliação externa e as políticas públicas, e, assim, fazer uso desses conhecimentos para melhorar a qualidade e as condições de ensino no Brasil.

---

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Emílio Luiz Pedroso. **Descentralização da oferta e financiamento educacional no Brasil e no Chile**: implicações das reformas dos anos 1980 e 1990. Porto Alegre, 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

BULHÃO, Rita Maria Torquato Fernandes. **O financiamento da educação básica no estado do Maranhão**: um estudo crítico sobre o custo-aluno qualidade do ensino fundamental a partir do Fundef. São Luiz, 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, 2010.

CAMARGO, Eliana Aparecida Piedade. **Políticas públicas de Educação nacional e paulista**: a função social do ensino médio. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado). – Graduação em Educação, Universidade Cidade de São Paulo, 2007.

CAMINI, Lucia. **O processo de construção da política educacional no Rio Grande do Sul de 1999 a 2002**: relações, limites, contradições e avanços. Porto Alegre, 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

COSTA, Daianny Madalena. **Tensões e influências no contexto das políticas de avaliação em larga escala**: uma análise da participação das confederações de trabalhadores em educação do Brasil e da Argentina. São Leopoldo, 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

DALAGASPERINA. Eliana Cristina. **A reforma do estado e as políticas sociais públicas**: as perspectivas neoliberais para a política educacional. Passo Fundo, 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo, 2006.

ESCOBAR, Maria Mônica Carvalho. **Políticas de informação e de avaliação educacional**: instrumentos efetivos para a melhoria da gestão pedagógica? Pernambuco, 2010. Dissertação (Mestrado). – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

FINHANA, Sonia Regina de Andrade. **Políticas públicas de avaliação do ensino básico e educação matemática no Brasil**. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade São Marcos: São Paulo, 2009.

FONSECA, Rosânia Aparecida de Souza. **ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio 1998-2007**: olhares da escola pública mineira através da voz de gestores, pedagogos e professores de escolas da rede pública estadual de Passos (MG). Minas Gerais, 2010. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Pontifícia Católica de Minas Gerais, 2010.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A avaliação da educação básica no Brasil**: dimensão normativa, pedagógica e educativa. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

FREITAS, Eduardo de. **A população brasileira**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/brasil/a-populacao-brasileira.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

GARCIA, Ana Lucia. **Gestão da escola, qualidade do ensino e avaliação externa**: desafios na e da escola. Marília, 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2010.

GONÇALVES, Luzia de Fátima. **Programa de avaliação do sistema educacional do estado do Paraná - AVA - 1995/2002**: uma avaliação a serviço da formação humana ou de favorecimento ao mercado econômico? Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2005.

JACOBSEN, Cristina Cerezuela. A **prova Brasil e o conteúdo escolar de língua portuguesa**: um estudo com as escolas paranaenses. Maringá, 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2010.

LIMA, Antonio Bosco de. Estado, educação e controle social: introduzindo o tema. **Revista brasileira de política e administração da educação**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, 2009.

MACHADO, Maria Goreti Farias. **A proposta de Fundeb do executivo federal**: interlocuções na formulação da política. Porto Alegre, 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MACIEL, Marcos Vinicius Milan. **GEMaTh**: a criação de um grupo de estudos segundo fundamentos da Educação Matemática crítica: uma proposta de educação inclusiva. Porto Alegre, 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008

MESQUITA, Maria Cristina das Graças Dutra. **Política pública de financiamento da educação infantil no estado de Goiás**: o desvelamento do real. Goiás, 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2005.

MÖLLMANN, Ibanor. **Gestão e avaliação em larga escala**: uma análise a partir da perspectiva de escolas privadas no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

NALLO, Rita de Cássia Zironi Di. **Avaliação externa**: instrumento de controle ou regulação? Presidente Prudente, 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho: Presidente Prudente, 2010.

HORTA NETO, João Luiz. **Avaliação externa**: a utilização dos resultados do Saeb 2003 na gestão do sistema público de ensino fundamental no Distrito Federal. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, 2006.

NEZ, Egeslaine de. **Um balanço do Programa Nacional Bolsa Escola (2001-2003)**: Programa Assistencial ou Política Educacional. Ponta Grossa, 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005.

OLIVEIRA, Ivanilda Dantas de. **Da política oficial ao cotidiano escolar**. João Pessoa, 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de João Pessoa, 2005.

PINHEIRO, Patrícia da Veiga. **O Banco Mundial e a educação no Brasil**: estudo realizado a partir das teses defendidas na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no período de 1995 a 2007. Presidente Prudente, 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho: Presidente Prudente, 2010.

POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma educacional**: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Neli Helena Bender de. **Políticas públicas voltadas para a qualidade da educação no ensino fundamental**: inquietudes e provocações a partir do plano de desenvolvimento da educação. Passo Fundo, 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo, 2008.

RAMALHO, Betania Leite; MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**. n. 3, p. 70-81, set./dez. 2005.

RODRIGUES, Romir de Oliveira. **O Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio no Rio Grande do Sul : 1999/2002**: a afirmação do público na construção das políticas educacionais. Porto Alegre, 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

SANTOS, Solange Maria dos. **Práticas avaliativas desenvolvidas por professores de matemática**: novos desafios frente aos resultados da avaliação externa da rede de ensino SESI/SP. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Pontifícia Católica de São Paulo, 2010.

SARAIVA, Emerson Sandro Silva. **Políticas de competência e qualidade na educação**: Complexidades construídas ou impostas na realidade do distrito Sul de Manaus AM. Amazonas, 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amazonas, 2006.

SILVA, Wellington. **Eficácia dos processos de Linkagem na avaliação educacional em larga escala**. Juiz de Fora, 2010. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, 2010.

SODRÉ, Lílian Beatriz Daróz Pinto de Arruda. **A implantação do PDE e sua consolidação em Mato Grosso do Sul no período de 1998 a 2005**. Mato Grosso do Sul, 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Mato Grosso do Sul, 2006.

SOUSA, Ana Paula Ribeiro de. **Reforma do Ensino Médio**: interfaces entre o pensamento neoliberal e a política educacional no Brasil na década de 1990. Maranhão, 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, 2008.

SOUZA, Elisete Rodrigues de. **Accountability de professores**: um estudo sobre o efeito da prova Brasil em escolas de Brasília. Campinas, 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior do Brasil**:

características, tendências e perspectivas. Disponível em: <[http://www.ucs.br/ucs/tpIPadrao/tpICooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/imprimir/sistema\\_ensino\\_superior.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tpIPadrao/tpICooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/imprimir/sistema_ensino_superior.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2012.

SUDBRACK, Edite Maria. **Rosa-dos-ventos**: traços da formação docente pós-LDB. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VERGANI, Flávia Melice. **Avaliação externa de rendimento escolar: um instrumento para a gestão pedagógica**. Caxias do Sul, 2010. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, 2010.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultado à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio**: Avaliação Política Pública Educacional, Rio de Janeiro, v. 19, n.73, p. 769-792, out./dez., 2011.

ZANARDI, João Batista. **Ontologia e avaliação da educação básica no Brasil (1990-2007)**. Florianópolis, 2008. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

ZIRONDI, Maria Ilza. **Desvendando aspectos de linguagem no ENEM**: uma contribuição para o processo educacional brasileiro. Londrina, 2007. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina, 2007.

